

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.777.469 - SP (2020/0273609-0)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : JOÃO APARECIDO SGANZELLA
ADVOGADOS : THEODÓSIO MOREIRA PUGLIESI - SP139428
DENISE FERNANDA VOLTATÓDIO - SP300272
AGRAVADO : BYRON ORTIZ DE ARAUJO FILHO
AGRAVADO : MARIA CHRISTINA DE ARAÚJO BUENO
AGRAVADO : RICARDO MONTEIRO DE ARAUJO
ADVOGADO : BYRON ORTIZ DE ARAUJO FILHO (EM CAUSA PRÓPRIA)
- SP190882

DECISÃO

Cuida-se de agravo apresentado por JOÃO APARECIDO SGANZELLA contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim resumido:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO AGRAVADA QUE INDEFERIU A CONCESSÃO DA JUSTIÇA GRATUITA.
PESSOA FÍSICA. INEXISTÊNCIA DE INDÍCIOS CONCRETOS DE POBREZA JURÍDICA APTA AO DEFERIMENTO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA.
RECURSO IMPROVIDO.

Quanto à primeira controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação do art. 4º, da Lei n. 1.060/50, no que concerne à concessão da justiça gratuita, trazendo os seguintes argumentos:

O recorrente possui um automóvel com muitos anos de uso, financiado, com parcelas que muitas vezes vencem sem pagamento, não possui nenhum emprego ou renda fixa ou certa, não possui imóvel próprio, anexou aos autos todos os documentos que lhe foram solicitados, não está obrigado a declarar imposto de renda, vez que auferir menos que o mínimo exigido e, ainda assim, não obteve os benefícios que a lei lhe garante para ter acesso à justiça.

No caso em voga, a presunção de veracidade da afirmação de pobreza declarada pelo recorrente à fl. 341 e ora reiterada juntamente com novo pedido de deferimento da AJG, é sim, juris tantum, não podendo ser negada com base em critérios subjetivos e sem o devido cotejo e valoração de todos os argumentos e provas dos autos. Em outras palavras, os benefícios da AJG

requeridos pelo recorrente só poderiam ser negados se houvessem fundadas razões para tanto, entretanto, de fato, inexistem essas razões.

[...]

Portanto, é evidente que o indeferimento da concessão do benefício da justiça gratuita no caso dos autos, configura evidente negativa de acesso à Justiça que nem a Constituição Federal e nem o CPC apresentam.

Dessa forma, restando amplamente demonstrada a necessidade de concessão do benefício da assistência judiciária ao recorrente, quer pelo pedido ora renovado, quer pela reforma do v. Acórdão recorrido e, considerando que a lei prevê a concessão do benefício perseguido mediante simples declaração, é de rigor que tal direito não seja negado ao recorrente, que ao contrário do que quis demonstrar os recorridos, não demonstra nenhum sinal de riqueza ou ostentação, devendo ser considerada a atual situação vivenciada pelo recorrente que, se desalojado, nem local para morar com sua família possui. (fls. 424-425).

Quanto à segunda controvérsia, pela alínea "c" do permissivo constitucional, alega dissídio jurisprudencial no que concerne à justiça gratuita.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Quanto à primeira controvérsia, na espécie, não é cabível a interposição de recurso especial fundado em dispositivo de lei federal não vigente, seja em razão de a questão fática ou jurídica ter surgido após a sua revogação, seja por ser anterior à sua entrada em vigor.

Nesse sentido: REsp 1.425.740/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 03/02/2016; AgRg no AREsp 605.044/SP, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 11/02/2015; REsp 726.446/PE, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 29/04/2011.

Outrossim, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

No caso concreto, o agravante não demonstrou, satisfatoriamente, ser pobre, na acepção jurídica do termo.

Nos autos de origem, apresentou às fls. 350, declaração de isenção de imposto de renda, datada de 18 de junho de 2019, que se refere exclusivamente a 2018. Os extratos de conta corrente de fls. 351/355 demonstram que o agravante no mês de maio de 2019 auferiu a quantia aproximada de R\$ 5.000,00.

Além disso, conforme informação apresentada em contraminuta,

o agravante realizou recente viagem para os Estados Unidos da América (2016), e por mais que tenha afirmado que a viagem foi feita mediante convite de amigo, não comprovou tal circunstância. (fls. 394, destes autos).

Do que se conclui pela inexistência de indícios concretos de pobreza jurídica apta ao deferimento da assistência judiciária (fls. 412-413).

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que o reexame da premissa fixada pela Corte de origem quanto à existência ou não dos requisitos para a concessão da gratuidade de justiça às partes exigiria a incursão no acervo fático-probatório dos autos, o que não é possível em sede de recurso especial.

Nesse sentido, o STJ já decidiu sobre a “inviabilidade de verificar se as partes no caso poderiam ou não serem contempladas pelo benefício da gratuidade de justiça, por demanda reexame de contexto fático-probatório”. (AgInt no AREsp 897.498/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 16/8/2016.)

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: AgInt no AREsp 1.570.272/SP, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe de 20/5/2020; AgInt no AREsp 1.000.602/RS, relator Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe de 22/5/2020; AgInt no AREsp 1.564.850/MG, relator Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe de 4/3/2020; AgInt no AREsp 1.173.115/RS, relator Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe de 18/4/2018; REsp 1.784.623/SP, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 11/3/2019.

Quanto à segunda controvérsia, na espécie, não foi comprovada a divergência jurisprudencial, pois a mera transcrição de ementas não supre a necessidade de cotejo analítico, o qual exige a reprodução de trechos dos julgados confrontados, bem como a demonstração das circunstâncias identificadoras, com a indicação da existência de similitude fática e de identidade jurídica entre o acórdão recorrido e os paradigmas indicados.

Nesse sentido: “A recorrente não se desincumbiu de demonstrar o dissídio de forma adequada, nos termos do art. 1.029, § 1º, do CPC e do art. 255, § 1º, do RISTJ, tendo se limitado a transcrever e comparar trechos de ementas. Como é cediço, a simples transcrição de ementas com entendimento diverso, sem que se tenha verificado a identidade ou semelhança de situações, não revela dissídio, motivo pelo qual não é possível conhecer do recurso especial pela divergência”. (AgRg no REsp 1.507.688/DF, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 27/5/2020.)

Superior Tribunal de Justiça

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: REsp 1.874.545/CE, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe de 29/6/2020; AgInt no AREsp 1.595.985/RS, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 14/8/2020; AgInt no AgInt no AREsp 1.397.248/DF, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 3/8/2020; e AgInt no REsp 1.851.352/SP, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe de 13/4/2020.

Ademais, verifica-se que a pretensão da parte agravante é de ver reconhecida a existência de dissídio jurisprudencial, que tem por objeto a mesma questão aventada sob os auspícios da alínea “a”, que, por sua vez, foi obstaculizada pelo enunciado da Súmula n. 7/STJ.

Quando isso acontece, impõe-se o reconhecimento da inexistência de similitude fática entre os arestos confrontados, requisito indispensável ao conhecimento do recurso especial pela alínea “c”.

Nesse sentido: "A jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que a incidência da Súmula 7/STJ também impede o conhecimento do recurso especial pela alínea c do permissivo constitucional, uma vez que falta identidade fática entre os paradigmas apresentados e o acórdão recorrido". (AgInt no AREsp 1.402.598/RS, relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, DJe de 22/5/2019.)

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: AgInt no AREsp 1.521.181/MT, relator Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, DJe de 19/12/2019; AgInt no AgInt no REsp 1.731.585/SC, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe de 26/9/2018; e AgInt no AREsp 1.149.255/SP, relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe de 13/4/2018.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente